

PROCURADOR JURÍDICO

Escreva seu nome e número de inscrição de forma legível nos locais indicados:

Nome do(a) Candidato(a)

Nº de inscrição

Este caderno de questões está assim constituído:

DISCIPLINAS	Nº QUESTÕES
Português	10
Informática	05
Legislação, Conhecimentos Gerais e Específicos	25
Total de questões	40

INSTRUÇÕES:

- Confira devidamente o material (CARTÃO DE RESPOSTAS e CADERNO DE QUESTÕES); se houver falha, solicite a presença do fiscal.
- Confira seus dados no CARTÃO DE RESPOSTAS: NOME, Nº da INSCRIÇÃO e CARGO. ASSINE no espaço indicado na frente do cartão.
- O CARTÃO DE RESPOSTAS deverá ser preenchido a caneta esferográfica, azul ou preta, ponta grossa, sem rasuras e apenas uma **ÚNICA** alternativa poderá ser marcada em cada questão. Não amasse nem dobre o CARTÃO DE RESPOSTAS; evite usar borracha. É vedada a substituição do CARTÃO DE RESPOSTAS decorrente de erro cometido por candidato.
- Durante a prova, não é permitida a comunicação entre candidatos nem a utilização de máquina calculadora e/ou similares, livros, anotações, réguas de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta.
- Se o CARTÃO DE RESPOSTAS contiver maior número de alternativas e de questões, preencha apenas as correspondentes à sua prova; as demais ficam em branco.
- O tempo de duração da prova objetiva será de **até 3 horas**.
- Ao final dos trabalhos, **DEVOLVA** ao Fiscal da sala, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS devidamente preenchido e assinado, o CADERNO DE QUESTÕES, tendo em vista a obrigatoriedade de arquivo no Município.
- A parte destacável no final desta capa, que serve para copiar as suas respostas, somente poderá ser destacada no ato da entrega do material na mesa do fiscal.
- Os três últimos candidatos de cada sala de prova deverão permanecer no recinto, a fim de acompanhar os fiscais até a coordenação para o lacre dos envelopes, quando, então, poderão retirar-se do local simultaneamente, após concluído.
- Direitos autorais reservados à Objetiva Concursos Ltda. Proibida a reprodução, ainda que parcial, sem autorização prévia.

✂ (dobre e destaque esta parte para copiar suas respostas)

01	<input type="checkbox"/>	02	<input type="checkbox"/>	03	<input type="checkbox"/>	04	<input type="checkbox"/>	05	<input type="checkbox"/>	06	<input type="checkbox"/>	07	<input type="checkbox"/>	08	<input type="checkbox"/>	09	<input type="checkbox"/>	10	<input type="checkbox"/>
11	<input type="checkbox"/>	12	<input type="checkbox"/>	13	<input type="checkbox"/>	14	<input type="checkbox"/>	15	<input type="checkbox"/>	16	<input type="checkbox"/>	17	<input type="checkbox"/>	18	<input type="checkbox"/>	19	<input type="checkbox"/>	20	<input type="checkbox"/>
21	<input type="checkbox"/>	22	<input type="checkbox"/>	23	<input type="checkbox"/>	24	<input type="checkbox"/>	25	<input type="checkbox"/>	26	<input type="checkbox"/>	27	<input type="checkbox"/>	28	<input type="checkbox"/>	29	<input type="checkbox"/>	30	<input type="checkbox"/>
31	<input type="checkbox"/>	32	<input type="checkbox"/>	33	<input type="checkbox"/>	34	<input type="checkbox"/>	35	<input type="checkbox"/>	36	<input type="checkbox"/>	37	<input type="checkbox"/>	38	<input type="checkbox"/>	39	<input type="checkbox"/>	40	<input type="checkbox"/>

PORTUGUÊS

A vida de muitas pessoas no mundo transcorre ____ uma velocidade frenética, e isso acontece em todas as esferas que possamos imaginar, seja na educação, no universo financeiro, no meio político, na vida urbana em geral. Saber administrar o tempo é fundamental para realizar todas as tarefas que você julga importantes.

Nas pequenas e grandes empresas, alguns executivos possuem atribuições para as quais seria necessário que seu dia tivesse mais de 24 horas. Porém, existem algumas medidas que podem ser tomadas e essa impressão de que o dia tem horas insuficientes para suas atividades vai ficando cada vez menor.

A administração do tempo é uma medida muito usada para grandes executivos, mas pode ser aplicada para qualquer área e em qualquer tipo de segmento e profissão. Saber priorizar os assuntos em função de sua importância e urgência ajuda ____ evitar que você fique preso no mesmo problema sem conseguir uma solução.

O uso do planejamento é muito importante para manter suas tarefas em dia e sob controle. Saber o que precisa ser realizado primeiro, obedecendo aos prazos, focando sempre no objetivo. A utilização de uma agenda faz com que se crie o hábito de planejar as ações antes de executá-las.

A priorização é um fator que pode contribuir no desenvolvimento das atividades. Muitas vezes realizar as tarefas de maior facilidade e mais rápidas pode causar ____ impressão de que você realizou inúmeras ações durante o dia.

<http://www.portaleducacao.com.br/administracao/...> - adaptado.

1) Assinalar a alternativa que preenche as lacunas do texto CORRETAMENTE:

- a) a - a - a
- b) à - à - à
- c) a - à - a
- d) à - a - à

2) Em relação ao texto, analisar os itens abaixo:

- I - Administrar bem o tempo é importante para todas as atividades. Em geral, a administração do tempo é usada pelos grandes executivos, mas pode ser aplicada a qualquer área.
- II - Dar prioridade às coisas que são mais urgentes, obedecendo aos prazos, com um objetivo definido, é importante para manter as tarefas em dia.

- a) Os itens I e II estão corretos.
- b) Os itens I e II estão incorretos.
- c) Somente o item I está correto.
- d) Somente o item II está correto.

3) No fragmento "Porém, existem algumas medidas...", o termo sublinhado indica ideia de:

- a) Adição.
- b) Oposição.
- c) Condição.
- d) Explicação.

4) No fragmento "Nas pequenas e grandes empresas, alguns executivos possuem atribuições...", o sublinhado classifica-se sintaticamente como:

- a) Objeto direto.
- b) Sujeito.
- c) Adjunto adverbial.
- d) Objeto indireto.

5) Em relação às vozes verbais, analisar os itens abaixo:

- I - "Usamos o nosso conhecimento de modo precipitado." está na voz ativa.
- II - "Nosso conhecimento é usado por aqueles que se interessam." está na voz passiva.
- III - "Ela nunca usava salto alto." está na voz passiva.

Está(ão) CORRETO(S):

- a) Todos os itens.
- b) Somente os itens I e II.
- c) Somente os itens I e III.
- d) Somente os itens II e III.

6) Quanto aos processos de formação de palavras, analisar a sentença abaixo:

A palavra "planejamento" é formada pelo processo denominado derivação sufixal. (1ª parte). A palavra "insuficiente" é formada pelo processo denominado derivação prefixal (2ª parte).

A sentença está:

- a) Totalmente incorreta.
- b) Totalmente correta.
- c) Correta somente em sua 1ª parte.
- d) Correta somente em sua 2ª parte.

7) Sobre a pontuação, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- () Eu chegava mais descansado, menos estressado, coloquei minha leitura em dia, fiz novas amizades, tinha mais disposição para brincar com meus filhos, conversar com minha esposa e até acompanhá-la nas compras durante a semana.
- () Eu aprendi a planejar minha semana e priorizar o meu dia, considerando que ele terminava às 17h15.
- () Isso me ajudou a ter mais foco naquilo que estava fazendo, buscar resultados mais assertivos e, principalmente, estabelecer uma duração para minhas tarefas, porque, quando elas não têm limite, permitimos ser interrompidos por qualquer coisa.

- a) C - C - C.
- b) E - E - E.
- c) C - E - C.
- d) E - C - E.

8) Quanto à colocação pronominal, analisar a sentença abaixo:

39% dos fumantes disseram não ter acendido um cigarro no momento em que se depararam com as imagens nos maços (1ª parte). Um estudo de 2008 mostrou que as taxas de sobrepeso entre crianças que gastaram mais tempo ao ar livre foi 41% menor do que as que se mantiveram em ambientes fechados (2ª parte). Um terço afirmou que se considera mais criativo depois que começou a pedalar (3ª parte).

A sentença está:

- a) Correta somente em sua 2ª parte.
- b) Correta somente em suas 1ª e 3ª partes.
- c) Totalmente incorreta.
- d) Totalmente correta.

9) Quanto ao uso das palavras sublinhadas, analisar os itens abaixo:

- I - Haverão poucas mudanças este ano.
- II - Ocorrerão mudanças no processo seletivo.

- a) Os itens I e II estão corretos.
- b) Somente o item I está correto.
- c) Somente o item II está correto.
- d) Os itens I e II estão incorretos.

10) Quanto à concordância, assinalar a alternativa INCORRETA:

- a) A lei egípcia não proíbe formalmente a homossexualidade, mas várias pessoas foram condenadas por depravação nos últimos anos.
- b) Entre os detidos, estavam o proprietário e quatro funcionários do estabelecimento.
- c) Os detidos, alguns deles chorando, tentava esconder o rosto, enquanto a polícia os fazia entrar, um a um, na cela que servia de banco dos réus.
- d) O processo, que durou apenas alguns minutos neste domingo, foi adiado até quatro de janeiro.

INFORMÁTICA

Atenção! Para responder às questões de Informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considerar que os programas mencionados encontram-se na versão Português-BR e, em sua configuração padrão de instalação, possuem licença de uso, o mouse está configurado para destros, um clique ou duplo clique correspondem ao botão esquerdo do mouse e teclar corresponde à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Dessa forma, as teclas de atalho, os menus, os submenus, as barras, os ícones e os demais itens que compõem os programas abordados nesta prova encontram-se na configuração padrão, conforme exposto anteriormente.

11) Assinalar a alternativa que apresenta a ferramenta administrativa do sistema operacional Windows XP Professional, que permite que se visualize erros de segurança ou a iniciação ou interrupção de um programa, registradas em logs:

- a) Gerenciamento de computador.
- b) Fontes de dados (ODBC).
- c) Serviços.
- d) Visualizador de eventos.

12) Considerando-se a instalação de uma impressora de conexão paralela, a porta que normalmente é utilizada para essa conexão é:

- a) COM1.
- b) USB.
- c) Serial.
- d) LPT1.


13) Considerando-se a barra do navegador Internet Explorer em sua última versão, pode-se afirmar que o

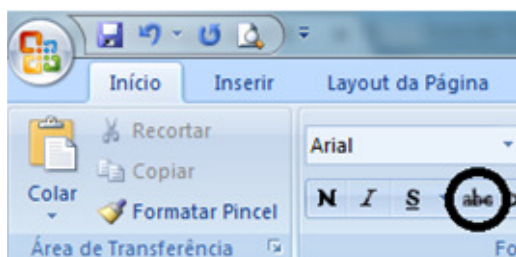


botão realiza a função de:




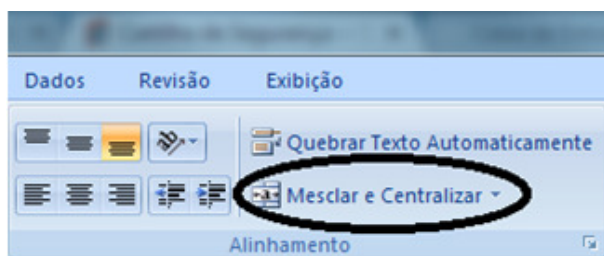
- a) Fechar o Internet Explorer.
- b) Abrir uma nova barra de endereços.
- c) Abrir uma nova guia.
- d) Abrir um novo site.

14) Considerando-se o Word 2007, pode-se afirmar que o botão  realiza a função de:



- a) Fazer revisão ortográfica do texto.
- b) Desenhar duas linhas no meio do texto selecionado.
- c) Desenhar uma linha do meio do texto selecionado.
- d) Sublinhar o texto selecionado.

15) Considerando-se o Excel 2007, pode-se afirmar que o botão  realiza a função de:



- a) Associar as células selecionadas a uma célula maior e centralizar o conteúdo na nova célula.
- b) Mesclar conteúdo de todas as células e centralizar.
- c) Agrupar o conteúdo das células de modo que as informações não se percam.
- d) Organizar as informações e centralizar.

LEGISLAÇÃO, CONHECIMENTOS GERAIS E ESPECÍFICOS

Atenção! Em todas as questões de legislação desta prova, serão consideradas as leis e suas alterações até a data do início das inscrições deste concurso.

Direito Constitucional

16) Em relação ao processo legislativo, assinalar a alternativa INCORRETA:

- a) É vedada a edição de medida provisória sobre matéria reservada à lei complementar.
- b) Lei complementar e lei ordinária apresentam quóruns diferentes para aprovação, mas idêntica é a matéria reservada a cada uma delas.
- c) A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.
- d) O veto parcial abrange somente o texto integral de artigo, parágrafo, inciso ou alínea.

17) Em relação às Comissões Parlamentares de Inquérito, é INCORRETO afirmar que:

- a) Terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.
- b) Para a instauração das Comissões Parlamentares de Inquérito, é preciso o requerimento de no mínimo um terço dos membros da Câmara dos Deputados e Senado Federal, em conjunto ou separadamente.
- c) Só podem quebrar o sigilo fiscal e bancário do investigado mediante autorização judicial.
- d) Podem requerer a convocação de Ministro de Estado.

18) Conforme previsto na Lei Orgânica deste Município, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- () A Resolução destina-se a regular matéria político-administrativa da Câmara Municipal, de sua competência exclusiva, dependendo de sanção ou veto do Prefeito Municipal.
- () O Decreto Legislativo destina-se a regular matéria de competência exclusiva da Câmara que produza efeitos externos, não dependendo de sanção ou veto do Prefeito Municipal.
- () As leis complementares exigem para a sua aprovação o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.

- a) C - E - E.
- b) E - C - C.
- c) C - E - C.
- d) E - C - E.

19) Considerando-se algumas das funções da Câmara de Vereadores deste Município, conforme previsto em seu Regimento Interno, analisar os itens abaixo:

- I - A função legislativa é exercida dentro do processo legislativo por meio de emendas à Lei Orgânica, Leis Complementares, Leis Ordinárias, Leis Delegadas, Resoluções e Decretos Legislativos sobre matérias da competência do Município.
- II - A função fiscalizadora é exercida por meio de requerimentos sobre fatos sujeitos à fiscalização de Câmara e pelo controle externo da execução orçamentária do Município, exercido pela Comissão de Orçamento e Finanças, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.
- III - A função julgadora é exercida pela apreciação do parecer prévio do Tribunal de Contas sobre as contas do Município e pelo julgamento do Prefeito e dos Vereadores por infrações político-administrativas.

Estão CORRETOS:

- a) Somente os itens I e II.
- b) Somente os itens I e III.
- c) Somente os itens II e III.
- d) Todos os itens.

Direito Administrativo

20) De acordo com o Decreto-Lei nº 3.365/41, é INCORRETO afirmar que:

- a) Aquele cujo bem for prejudicado extraordinariamente em sua destinação econômica pela desapropriação de áreas contíguas não terá direito a reclamar perdas e danos do expropriante.
- b) A ação, quando a União for autora, será proposta no Distrito Federal ou no foro da Capital do Estado onde for domiciliado o réu, perante o juízo privativo, se houver; sendo outro o autor, no foro da situação dos bens.
- c) Os concessionários de serviços públicos e os estabelecimentos de caráter público ou que exerçam funções delegadas de poder público poderão promover desapropriações mediante autorização expressa, constante de lei ou contrato.
- d) A desapropriação poderá abranger a área contígua necessária ao desenvolvimento da obra a que se destina, e as zonas que se valorizarem extraordinariamente, em consequência da realização do serviço. Em qualquer caso, a declaração de utilidade pública deverá compreendê-las, mencionando-se quais as indispensáveis à continuação da obra e as que se destinam à revenda.

21) De acordo com a Lei nº 4.898/65, é CORRETO afirmar que:

- a) A ação penal será iniciada, dependendo de inquérito policial via denúncia do Ministério Público, depois da representação da vítima do abuso.
- b) Não constitui abuso de autoridade qualquer atentado a incolumidade física do indivíduo.
- c) Se a ato ou fato constitutivo do abuso de autoridade houver deixado vestígios, o ofendido ou o acusado deverá promover a comprovação da existência de tais vestígios, por meio de duas testemunhas qualificadas.
- d) Se o órgão do Ministério Público, em vez de apresentar a denúncia, requerer o arquivamento da representação, o juiz, no caso de considerar improcedentes as razões invocadas, fará remessa da representação ao procurador-geral e este oferecerá a denúncia, ou designará outro órgão do Ministério Público para oferecê-la ou insistirá no arquivamento, ao qual só então deverá o juiz atender.

22) De acordo com a Lei nº 8.666/93, quem dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei, ou deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade, incorrerá em pena de detenção de:

- a) 2 a 9 anos.
- b) 3 a 5 anos, e multa.
- c) 5 a 10 anos, ou multa.
- d) 3 a 8 anos, e multa.

23) Em conformidade com o Regime Jurídico dos Servidores Públicos deste Município, as irregularidades e faltas funcionais serão apuradas por meio de:

- I - Sindicância investigatória, quando não houver dados suficientes para sua determinação ou para apontar o servidor faltoso.
- II - Sindicância disciplinar, quando a gravidade da ação ou omissão torne o servidor passível de demissão, cassação da aposentadoria ou da disponibilidade.
- III - Processo administrativo disciplinar, quando a ação ou omissão torne o servidor passível de aplicação das penas de advertência ou suspensão.

Está(ão) CORRETO(S):

- a) Somente o item I.
- b) Somente o item II.
- c) Somente os itens I e III.
- d) Todos os itens.

24) Conforme DI PIETRO, assinalar a alternativa que preenche a lacuna abaixo CORRETAMENTE:

Pelo princípio da _____, temos a garantia de respeito aos direitos individuais. Temos que, na relação administrativa, a vontade da Administração Pública é a que decorre da lei.

- a) respeitabilidade
- b) indisponibilidade do interesse público
- c) isonomia
- d) legalidade

Direito Civil

25) De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, é CORRETO afirmar que:

- a) Os governos estrangeiros, bem como as organizações de qualquer natureza, que eles tenham constituído, dirijam ou hajam investido de funções públicas, poderão adquirir no Brasil bens imóveis ou susceptíveis de desapropriação.
- b) Quando a lei for omissa, o juiz somente decidirá o caso de acordo com seu entendimento.
- c) Para algumas pessoas, é permitida a escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece.
- d) Os governos estrangeiros podem adquirir a propriedade dos prédios necessários à sede dos representantes diplomáticos ou dos agentes consulares.

26) Em conformidade com o Código Civil, é INCORRETO afirmar que:

- a) A exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão.
- b) A renúncia da prescrição deve ser expressa ou tácita, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumir; tácita é a renúncia quando se presume de fatos do interessado, incompatíveis com a prescrição.
- c) Os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes.
- d) Os relativamente incapazes e as pessoas jurídicas têm ação contra os seus assistentes ou representantes legais, que derem causa à prescrição, ou não a alegarem oportunamente.

Direito Processual Civil

27) De acordo com o Código de Processo Civil, é CORRETO afirmar que:

- a) O recorrente deverá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.
- b) A renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.
- c) A parte, que aceitar expressa ou tacitamente a sentença ou a decisão, não poderá recorrer.
- d) A sentença deve ser impugnada no todo ou em parte.

28) De acordo com a Lei nº 6.830/80, assinalar a alternativa que preenche a lacuna abaixo CORRETAMENTE:

O executado será citado para, no prazo de ____ dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa.

- a) 05
- b) 10
- c) 15
- d) 20

29) Em conformidade com o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), é INCORRETO afirmar que:

- a) A sociedade de advogados adquire personalidade jurídica com o registro aprovado dos seus atos constitutivos no Conselho Seccional da OAB em cuja base territorial tiver sede.
- b) Além da sociedade, o sócio responde solidária e ilimitadamente pelos danos causados aos clientes por ação ou omissão no exercício da advocacia, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar em que possa incorrer.
- c) O advogado, quando indicado para patrocinar causa de juridicamente necessitado, no caso de impossibilidade da Defensoria Pública no local da prestação de serviço, tem direito aos honorários fixados pelo juiz, segundo tabela organizada pelo Conselho Seccional da OAB, e pagos pelo Estado.
- d) A incompatibilidade determina a proibição total, e o impedimento, a proibição parcial do exercício da advocacia.

Direito do Trabalho

30) De acordo com o Decreto-Lei nº 5.452/43, analisar os itens abaixo:

- I - A Carteira de Trabalho e Previdência Social será obrigatoriamente apresentada, contra recibo, pelo trabalhador ao empregador que o admitir, o qual terá o prazo de 48 horas para nela anotar, especificamente, a data de admissão, a remuneração e as condições especiais, se houver, sendo facultada a adoção de sistema manual, mecânico ou eletrônico, conforme instruções a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho.
- II - As anotações relativas a alterações no estado civil dos portadores de Carteira de Trabalho e Previdência Social serão feitas mediante prova documental. As declarações referentes aos dependentes serão registradas nas fichas respectivas, pelo funcionário encarregado da identificação profissional, a pedido do próprio declarante, que as assinará.

- a) Os itens I e II estão corretos.
- b) Somente o item I está correto.
- c) Somente o item II está correto.
- d) Os itens I e II estão incorretos.

31) De acordo com a Lei nº 8.036/90, ao Conselho Curador do FGTS compete:

- I - Estabelecer as diretrizes e os programas de alocação de recursos específicos em consonância com a política Municipal de desenvolvimento urbano e as políticas setoriais de habitação popular, saneamento e infraestrutura rural estabelecida pelo Governo Federal.
- II - Acompanhar e avaliar a gestão econômica e financeira dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas aprovados.
- III - Pronunciar-se sobre as contas do FGTS, antes do seu encaminhamento aos órgãos de controle interno para os fins legais.

Estão CORRETOS:

- a) Somente os itens I e II.
- b) Somente os itens II e III.
- c) Somente os itens I e III.
- d) Todos os itens.

Direito Processual do Trabalho

32) De acordo com o Decreto-Lei nº 779/69, nos processos perante a Justiça do Trabalho, constituem privilégio da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das autarquias ou fundações de direito público federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica o(a), EXCETO:

- a) Presunção absoluta de validade dos recibos de quitação ou pedidos de demissão de seus empregados ainda que não homologados nem submetidos ao Ministério do Trabalho.
- b) Prazo em dobro para recurso.
- c) Dispensa de depósito para interposição de recurso.
- d) Pagamento de custas a final salva quanto à União Federal, que não as pagará.

33) De acordo com a Lei nº 5.584/70, é CORRETO afirmar que:

- a) Nos dissídios individuais, proposta a conciliação, e não havendo acordo, o Presidente, da Junta ou o Juiz, antes de passar à instrução da causa, fixar-lhe-á o valor para a determinação da alçada, se este for indeterminado no pedido.
- b) Em audiência, ao aduzir razões finais, deverá qualquer das partes impugnar o valor fixado e, se o juiz o mantiver, pedir revisão da decisão, no prazo de 48 horas, ao Presidente do Tribunal Regional.
- c) O pedido de revisão, que não terá efeito suspensivo deverá ser instruído com a petição inicial e a Ata da Audiência, em cópia autenticada pela Secretaria da Junta, e será julgado em 24 horas, a partir do seu recebimento pelo Presidente do Tribunal Regional.
- d) Quando, nas respectivas comarcas, houver Juntas de Conciliação e Julgamento ou existir Sindicato da categoria profissional do trabalhador, é atribuído aos Promotores Públicos ou Defensores Públicos o encargo de prestar assistência judiciária prevista nesta lei.

Direito Penal

34) De acordo com o Código Penal, analisar a sentença abaixo:

É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento (1ª parte). A pena deve ser reduzida de um a dois terços, se o agente, por embriaguez, proveniente de caso fortuito ou força maior, não possuía, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento (2ª parte).

A sentença está:

- a) Totalmente correta.
- b) Correta somente em sua 1ª parte.
- c) Correta somente em sua 2ª parte.
- d) Totalmente incorreta.

35) De acordo com a Lei nº 9.455/97, é CORRETO afirmar que:

- a) Constitui crime de tortura constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, exceto com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa.
- b) O crime de tortura é imprescritível e insuscetível de graça ou anistia.
- c) Quem submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal, terá pena de reclusão, de dois a oito anos.
- d) Se o crime de tortura resultar em lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, a pena é de reclusão de cinco a 12 anos.

36) De acordo com o Decreto-Lei nº 3.688/41, é INCORRETO afirmar que:

- a) Para a existência da contravenção, basta a ação ou omissão voluntária. Deve-se, todavia, ter em conta o dolo ou a culpa, se a lei faz depender, de um ou de outra, qualquer efeito jurídico.
- b) O condenado à pena de prisão simples fica sempre separado dos condenados à pena de reclusão ou de detenção.
- c) A pena de prisão simples deve ser cumprida, sem rigor penitenciário, em estabelecimento especial ou seção especial de prisão comum, em regime semiaberto ou aberto.
- d) O prazo máximo de duração da internação em manicômio judiciário ou em casa de custódia e tratamento é de seis meses.

Direito Processual Penal

37) Em conformidade com o Código de Processo Penal, é CORRETO afirmar que:

- a) Nos crimes de ação privada, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- b) Qualquer pessoa do povo deverá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.
- c) Será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.
- d) O direito de representação deverá ser exercido, pessoalmente ou por procurador com poderes especiais, mediante declaração, escrita ou oral, feita ao juiz, ao órgão do Ministério Público, ou à autoridade policial.

38) De acordo com a Lei nº 9.099/95, é INCORRETO afirmar que:

- a) Juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, para apreciá-las e para dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica.
- b) O Juiz adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da lei e às exigências do bem comum.
- c) Os conciliadores e Juizes leigos são auxiliares da Justiça, recrutados, os primeiros, preferentemente, entre os bacharéis em Direito, e os segundos, entre advogados com mais de cinco anos de experiência.
- d) Os Juizes leigos poderão exercer a advocacia perante os Juizados Especiais, enquanto no desempenho de suas funções.

Direito Tributário

39) De acordo com a Lei nº 8.137/90, constitui crime contra as relações de consumo:

- a) Favorecer ou preferir, sem justa causa, comprador ou freguês, mesmo os sistemas de entrega ao consumo por intermédio de distribuidores ou revendedores.
- b) Vender ou expor à venda mercadoria cuja embalagem, tipo, especificação, peso ou composição esteja em acordo com as prescrições legais, ou que corresponda à respectiva classificação oficial.
- c) Misturar gêneros e mercadorias de espécies diferentes, para não vendê-los ou não expô-los à venda como puros.
- d) Fraudar preços por meio de alteração, sem modificação essencial ou de qualidade, de elementos tais como denominação, sinal externo, marca, embalagem, especificação técnica, descrição, volume, peso, pintura ou acabamento de bem ou serviço.

40) Em conformidade com o Código Tributário deste Município, analisar os itens abaixo:

- I - As entidades culturais, beneficentes, hospitalares, recreativas e religiosas, legalmente organizadas, sem fins lucrativos e as entidades registradas na respectiva federação são isentas do pagamento do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.
 - II - Constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrito na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento pela Lei ou por decisão final proferida em processo regular.
- a) Os itens I e II estão corretos.
 - b) Somente o item I está correto.
 - c) Somente o item II está correto.
 - d) Os itens I e II estão incorretos.